



*Desafios de uma sociedade
digital nos Sistemas Produtivos e
na Educação*



Lei geral de proteção de dados (LGPD): uma análise bibliométrica da produção científica

Patrícia Galvão de França Silva¹, Napoleão Verardi Galegale²

Resumo – Com a recente aprovação da MP 959/2020, com o veto do artigo 4º que adiava a Lei Geral de proteção de dados (LGPD), e a entrada em vigor nas próximas semanas, o assunto LGPD ganha relevância e as empresas começam a se preocupar com a aderência de seus processos e possíveis sanções. Nesse cenário, foi realizada uma análise bibliométrica sobre Lei geral de proteção de dados, para mostrar a evolução do tema nos últimos anos e os estudos já realizados no que tange a implementação e estudos de casos no cenário empresarial brasileiro. Os resultados mostram crescimento de estudos científicos anualmente. Ainda temos poucos estudos de caso, implantações e manuais com boas práticas de mercado e com isso, temos grandes oportunidades de pesquisa.

Palavras-chave: Lei Geral de Proteção de Dados, LGPD, Análise bibliométrica, bibliometria

Abstract - The recent approval of provisional measure 959/2020, with the veto of article 4 that postponed the Brazil's General Data Protection Law, and comes into force in the next weeks, becomes relevant the Brazil's General Data Protection Law subject. The companies start to worry about the adherence of its processes and possible sanctions. In this scenario, this paper provided a bibliometric analysis about the General Data Protection Law, to show the evolution of the theme in recent years and the studies already carried out regarding implementation and case studies in the Brazilian business scenario. The results show growth of scientific studies annually. We still have few case studies, implementations, manuals with good market practices, and with that, we have great research opportunities.

Keywords: Brazil's General Data Protection Law, Bibliometric analysis, Bibliometrics

1. Introdução

¹ Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza–CEETEPS - patricia.silva@cpspos.sp.gov.br

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza–CEETEPS - napoleao.galegale@cpspos.sp.gov.br

A Lei n.13.709/2018 é um novo marco legal brasileiro de grande impacto, tanto para as instituições privadas como para as públicas, por tratar da proteção dos dados pessoais dos indivíduos em qualquer relação que envolva o tratamento de informações classificadas como dados pessoais, por qualquer meio. É uma regulamentação que traz princípios, direitos e obrigações relacionados ao uso de um dos ativos mais valiosos da sociedade digital, que são as bases de dados relacionados às pessoas (Pinheiro, 2018).

Com a recente aprovação da MP 959/2020, com o veto do artigo 4º que adia a Lei Geral de proteção de dados (LGPD), o assunto ganha relevância e as empresas começam a se preocupar com a aderência de seus processos e possíveis sanções que podem ser aplicadas em caso de não adequação.

Com esse cenário, essa pesquisa tem como objetivo realizar a análise bibliométrica do tema Lei geral de proteção de dados, com o software Publish or Perish, consultando a base do Google Scholar, para mostrar a evolução do tema nos últimos anos e os estudos já realizados no que tange a implementação e estudos de casos no cenário empresarial brasileiro.

2. Referencial Teórico

A Lei Geral de Proteção de dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, conforme Art. 1º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Brasil, 2018), entrará em vigor 15 dias úteis após o recebimento da Medida provisória MP 959/2020 que saiu do congresso dia 26 de agosto de 2020, para sanção pela presidência da república, o que deve acontecer até 17 de setembro de 2020, conforme prazos de tramitação (Art. 62, Constituição federal).

Com a entrada em vigor da regulamentação, as empresas precisam adequar seus processos para governança e controle dos dados pessoais de clientes e funcionários. De acordo com o relatório extraído, em março de 2020, da ferramenta “Diagnóstico LGPD”, desenvolvida pela Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) em parceria com a consultoria Ernst & Young (EY), que avalia mais de 600 organizações dos setores de agronegócio, tecnologia, finanças, indústria e outros, 62% das exigências da LGPD ainda não são cumpridos pelas empresas (Ernst & Young, 2020).

A falta de regulamentação do órgão regulador que iria auditar, fiscalizar e garantir a aplicação da Lei era bastante discutida e poderia ser visto como uma desculpa para não adequação, mas em 27 de agosto de 2020, o governo federal publicou no Diário Oficial (Brasil, 2020, p.6) a estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) que tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, orientada pelo disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

E as sanções e multas poderão ser aplicadas a partir de 1º de agosto de 2021 de acordo com a Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). (Brasil, 2020).

Para estudar a relevância do tema Lei geral de proteção de dados e a evolução das pesquisas, foi realizada uma pesquisa bibliométrica através da base do Google Scholar e para extração dos dados, foi usado o software de busca "Harzing's Publish or Perish".

A Bibliometria é uma técnica quantitativa e estatística para medir índices de produção e disseminação do conhecimento, bem como acompanhar o desenvolvimento de diversas áreas científicas e os padrões de autoria, publicação e uso dos resultados de investigação. (LOPES et al., 2012).

De acordo com Garcia (2014), pode-se considerar que o Google Scholar é útil no nível micro, como uma ajuda para os autores, pesquisadores e editores na busca rápida, fácil e direta de documentos de texto completo, e em identificar as citações de seus trabalhos. Sobretudo é útil para a literatura não Anglo-Saxônica.

3. Método

No dia 30 de agosto de 2020 foi realizada uma pesquisa com o software da Harzing, Publish or Perish, utilizando a base do Google Scholar, para buscar nos títulos os termos "Lei geral de proteção de dados" OR "Lei de proteção de dados". Foram utilizados os parâmetros de busca booleana OR e aspas para melhorar a busca inicial trazendo resultados específicos. Não foram usados filtros para limitações de período, área de estudos ou localização.

A sigla "LGPD" não foi usada como busca porque em outros idiomas ela possui outros significados e poderia retornar resultados com outras temáticas, como:

- Latitudinal gradients in plant defenses (LGPD);
- Laboratoire de Genetique et de Physiologie du Developpement (LGPD).

Os termos não foram pesquisados em outros idiomas, pois trata-se de uma Lei brasileira.

A pesquisa retornou 142 trabalhos que possuem os termos em seus títulos, não considerando as citações. Dos 142 trabalhos, 21 não possuíam data de publicação e esses valores foram pesquisados manualmente. Os dados de 9 desses artigos não foram encontrados pela URL declarada e optou-se por eliminá-los da base. Com isso, foram avaliados 133 artigos que possuíam os termos "Lei geral de proteção de dados" ou "Lei de proteção de dados" em seus títulos.

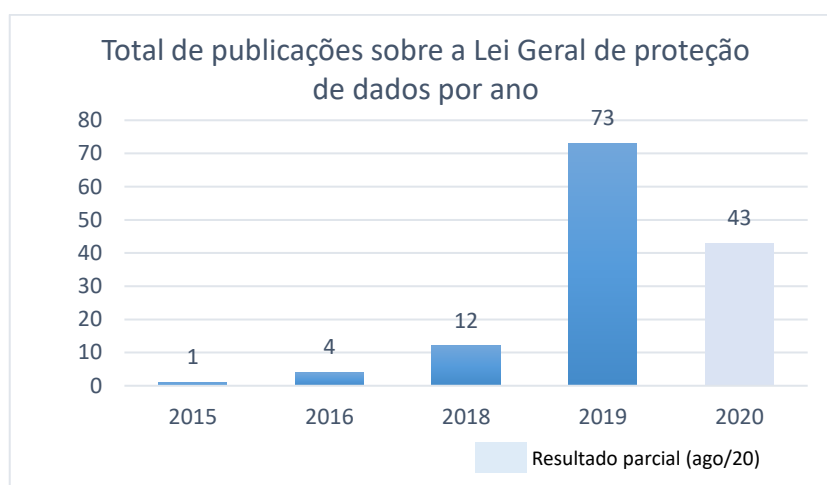
Após a análise quantitativa dos dados apresentados, foram feitas análises qualitativas através dos títulos dos artigos, para identificação de oportunidades de pesquisa, no que tange a aplicação e implementação da lei geral de proteção de dados pessoais em empresas.

4. Resultados e discussão

4.1 Total de publicações por ano

Conforme histórico apresentado, a Lei foi aprovada em agosto de 2018. A partir desse período, podemos verificar um aumento no número de pesquisas acadêmicas com essa temática, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Total de publicações sobre a Lei Geral de Proteção de dados por ano



Fonte: Construída pelo autor.

É importante observar que essa pesquisa foi feita em agosto de 2020 e, portanto, o resultado referente a 2020 é parcial. O número de publicações em 2020 já supera a metade do total de 2019 e espera-se que até o final do ano de 2020, o valor total do ano supere o ano anterior.

4.2 Publicações mais citadas

Em relação ao número de citações, temos 8 publicações com mais de 5 citações, sendo a publicação mais citada, referenciada 23 vezes, conforme pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Publicações mais citadas com o tema Lei Geral de proteção de dados

Cites	Autor	Título
23	PP Pinheiro	Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018-LGPD

17	M Cots, R Oliveira	Lei geral de proteção de dados pessoais: comentada
13	RL Monteiro	Existe um direito à explicação na Lei Geral de Proteção de Dados do Brasil
12	CS Mulholland	Dados pessoais sensíveis e a tutela de Direitos Fundamentais: uma análise à luz da Lei geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/18)
10	LS Mendes, D Doneda	Reflexões iniciais sobre a nova lei geral de proteção de dados
7	CFL Rapôso, HM de Lima...	LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em Tecnologia da Informação: Revisão Sistemática
6	VN Maldonado, RO Blum, A Borelli	LGPD: Lei geral de proteção de dados: comentada
6	ANA FRAZÃO, MD Oliva	Lei geral de proteção de dados pessoais e suas repercussões no direito brasileiro

Fonte: Construída pelo autor.

Apesar do número de publicações estarem em um período de 5 anos, foram encontrados 6 livros sobre o assunto, sendo 4 deles a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais comentada, conforme tabela 2.

Tabela 2 – Livros publicados sobre a LGPD

Autores	Títulos	Ano
PP Pinheiro	Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei n. 13.709/2018-LGPD	2020
M Cots, R Oliveira	Lei geral de proteção de dados pessoais: comentada	2019
VN Maldonado, RO Blum, A Borelli	LGPD: Lei geral de proteção de dados: comentada	2019
ANA FRAZÃO, MD Oliva	Lei geral de proteção de dados pessoais e suas repercussões no direito brasileiro	2019
CRP de Lima	Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados: Lei n. 13.709/2018, com alteração da Lei n. 13.853/2019	2020
LV Leite, C De Lamboy, M Lapolla	Manual De Implementação Da Lei Geral De Proteção De Dados	2019

Fonte: Construída pelo autor

4.3 Análise qualitativa sobre implementação da LGPD para empresas

Com o objetivo de identificar pesquisas que possam contribuir com as empresas brasileiras na implementação da Lei Geral de proteção de dados, através de boas práticas, utilizando casos de sucesso, foram feitas pesquisas dos seguintes termos nos títulos já encontrados:

Tabela 3 – Resultados de pesquisa de termos nos títulos dos artigos contemplados nessa análise bibliométrica

Termo	Resultados no título
“Empresa”	8
“Implementação”	4
“Caso”	3
“Boas práticas”	1
“Manual”	1

Fonte: Construída pelo autor

E podemos observar que a produção científica referente a esse assunto ainda não tem muito estudos de caso já aplicados e manuais com boas

práticas para a implementação de lei geral de proteção de dados em empresas brasileiras.

Para o estudo da aplicação as empresas brasileiras, considerando os termos acima, temos as seguintes publicações:

Tabela 1 – Publicações sobre LGPD com os termos "Empresa", "Implementação", "Caso", "Boas práticas" ou "Manual" encontradas em seus títulos

Termo	Autor	Título
Boas práticas	GVM Nunes	Governança e boas práticas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: dos programas de compliance
Caso	JM de Lima Junior, TZ Pimentel	O aplicativo guiabolso: um estudo de caso à luz da Lei Geral De Proteção de Dados (Lei No 13.709/18)
Caso	VRN Vieira	Lei Geral de Proteção de Dados: Uma análise da tutela dos dados pessoais em casos de transferência internacional
Empresa	AP de Oliveira	A lei geral de proteção de dados brasileira na prática empresarial
Empresa	FS Câmara	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)-aplicada às empresas de Contabilidade
Empresa	LC de Sousa Trovão, R Mollica	Empresas brasileiras ea obrigatoriedade de proteção dos dados pessoais nos termos da lei n. 13.709/20181
Empresa	NA dos Santos	Lgpd: lei geral de proteção de dados pessoais e seus reflexos empresariais.
Empresa	NZ Oliveira	Privacidade e proteção de dados pessoais no Brasil: as implicações jurídicas da ausência de lei específica e como as empresas devem se preparar para futura ...
Empresa	O Mezzaroba, ALPB Lupi...	Lei geral de proteção de dados: impactos normativos no direito empresarial
Empresa e caso	F Peloso Piurcosky, M Aparecido Costa...	A lei geral de proteção de dados pessoais em empresas brasileiras: uma análise de múltiplos casos
Empresa e Implementação	AS Santos	A importancia da atuação da auditoria interna na implementação da Lei Geral de Proteção de Dados nas empresas públicas
Implementação	R Velho	Em vigor a partir de agosto, implementação da Lei Geral de Proteção de Dados ainda enfrenta desafios
Implementação	TC de Jesus	A necessidade de criação de lei de proteção de dados pessoais diante da implementação da iot
Implementação e manual	LV Leite, C De Lamboy, M Lapolla	Manual de implementação da lei geral de proteção de dados

Fonte: Construída pelo autor.

Os artigos citados mostram alguns casos aplicados, como o estudo do aplicativo GuiaBolso e as boas práticas para programas de compliance, mas também pode ser verificado que ainda temos muitas oportunidades de pesquisa como a aplicação da LGPD para setores bancários, para microempresas, impactos financeiros para as empresas, etc.

5. Considerações finais

A análise bibliográfica sobre a Lei Geral de Proteção de dados mostra que o tema vem sendo discutido nos últimos 5 anos, com crescimento de estudos científicos anualmente. Considerando a base verificada, temos 6 livros sobre o assunto, onde 4 deles são sobre a lei comentada. Ainda temos poucos estudos de caso, implantações e manuais com boas práticas de mercado e com isso, temos grandes oportunidades de pesquisa para evolução do tema.

Para próximas análises, podemos expandir a pesquisa para considerar o uso dos termos “data privacy” “data protection” e “data security”. Também podem ser pesquisados outras leis com a mesma temática ao redor do mundo, que já estão em vigor e podem apresentar casos de implantação e boas práticas aplicáveis ao cenário brasileiro, como:

- General Data Protection Relation (GDPR) – Europa;
- Privacy Amendment (Enhancing Privacy Protection) Act 2012 – Austrália;
- Lei de Proteção de Informações Pessoais (Popi) da África do Sul.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado Federal: 1988. Art 62.

BRASIL. Decreto no 10.474, de 26 de agosto de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 165, seção 1, p. 6, 26 ago. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 157, seção 1, p. 59, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 14.010, de 10 de junho de 2020. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 111, seção 1, p. 1, 12 jun 2020.

BRASIL. Medida provisória nº 959, de 29 de abril de 2020. Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD. Diário Oficial da União, Brasília, DF, edição 81-A, seção 1-extra, p. 1, 29 abr. 2020.

ERNST & YOUNG. *62% das exigências da Lei Geral de Proteção de Dados não são cumpridos pelas empresas*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.ey.com/pt_br/news/2020-press-releases/03/diagnostico-lgpd>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.

GARCIA, Rodrigo Moreira. *Google Scholar como ferramenta de análise bibliométrica em bibliotecas acadêmicas: um estudo preliminar*. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/22919/1/20140423_GARCIA_Rodrigo_Moreira_GoogleScholar_Bibliometrics_FINAL_Paper.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

LOPES, Sílvia et al. *A Bibliometria e a Avaliação da Produção Científica: indicadores e ferramentas*. In: Actas do congresso Nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. 2012. Disponível em: <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/429#:~:text=A%20bibliometria%20%C3%A9%20uma%20t%C3%A9cnica,uso%20dos%20resultados%20de%20investiga%C3%A7%C3%A3o.>>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

PINHEIRO, Patricia Peck. *Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)*. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

PUBLISH OR PERISH, 2016. Disponível em: <<https://harzing.com/resources/publish-or-perish#about>>. Acesso em: 30 de agosto de 2020.